

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201805/0292

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização

**Estado:** Expirada

**Nível Orgânico:** Presidência do Conselho de Ministros

**Orgão / Serviço:** Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** 1.201,48€

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

Exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de Técnico/a Superior, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP:

Referência A – 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico/a Superior – Sociologia.

Referência B – 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico/a Superior – Relações Internacionais.

Referências A e B:

Os postos de trabalho a ocupar visam o exercício de funções inerentes à carreira de Técnico/a Superior, incluindo, designadamente, as seguintes funções:

**Caracterização do Posto de Trabalho:**

consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica que fundamentem e preparem a decisão na temática da igualdade de género; elaboração de propostas/pareceres e apoio técnico no âmbito da programação, desenvolvimento e implementação das diferentes fases do programa aprovado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGRANTS); preparação de candidaturas aos fundos do Mecanismos Financeiro do EEAGRANTS e acompanhamento dos respetivos procedimentos; representação do organismo em assuntos relacionados com o programa, tomando opções de índole técnica enquadrada por diretivas ou orientações superiores; reporte técnico e financeiro do programa; divulgação e acompanhamento e gestão do registo de dados na respetiva plataforma de informação.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Referência A – Licenciatura em Sociologia.

**Grupo Área Temática**

Direito, Ciências Sociais e Serviços

**Sub-área Temática**

Ciências Sociais

**Área Temática**

Sociologia

## Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	1	Avenida da República, n.º 32 - 1º		1050193 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho: 1**

## Nº de Vagas/ Alterações

## Formação Profissional

**Outros Requisitos:**

## Formalização das Candidaturas

**Envio de Candidaturas para:** [cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt)

**Contacto:** 217983000

**Data Publicitação:** 2018-05-07

**Data Limite:** 2018-05-21

## Texto Publicado

### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Aviso Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Abertura de Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, restrito a candidatos/as abrangidos/as no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (Lei n.º 112/ 2017, de 29 de dezembro) 1. Nos termos e para os efeitos do estatuído nas disposições conjugadas do art.º 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 2 do art.º 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual, e da alínea c) do n.º 1 do art.º 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, na sequência dos despachos de homologação proferidos pelo Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social e pela Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, no parecer da Comissão de Avaliação Bipartida da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro-Adjunto, e por despacho do Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), de 23 de março de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), e na respetiva página eletrónica da CIG, em [www.cig.gov.pt/a-cig/instrumentos-de-gestao/recursos-humanos](http://www.cig.gov.pt/a-cig/instrumentos-de-gestao/recursos-humanos), procedimento concursal de carácter urgente para ocupação de dois (2) postos de trabalho, na carreira e categoria de Técnico/a Superior a que correspondem, de acordo com o mapa anexo ao n.º 2 do art.º 88.º da LTFP, tarefas referentes ao grau 3 de complexidade funcional, não ocupados ou a prever no Mapa de Pessoal da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: as funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar serão exercidas na Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). sita na Avenida da República. n.º 32 -

1º, 1050-193, em LISBOA. 4. Número de postos de trabalho: o procedimento visa o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, não ocupados ou a prever no Mapa de Pessoal da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Identificação dos postos de trabalho: Exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de Técnico/a Superior, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP: Referência A – 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico/a Superior – Sociologia. Referência B – 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico/a Superior – Relações Internacionais. 6. Fundamento para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 7. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: Referências A e B: Os postos de trabalho a ocupar visam o exercício de funções inerentes à carreira de Técnico/a Superior, incluindo, designadamente, as seguintes funções: consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica que fundamentem e preparem a decisão na temática da igualdade de género; elaboração de propostas/pareceres e apoio técnico no âmbito da programação, desenvolvimento e implementação das diferentes fases do programa aprovado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGRANTS); preparação de candidaturas aos fundos do Mecanismos Financeiro do EEAGRANTS e acompanhamento dos respetivos procedimentos; representação do organismo em assuntos relacionados com o programa, tomando opções de índole técnica enquadrada por diretivas ou orientações superiores; reporte técnico e financeiro do programa; divulgação e acompanhamento e gestão do registo de dados na respetiva plataforma de informação. 8. Habilitações Literárias exigidas: Referência A – Licenciatura em Sociologia. Referência B – Licenciatura em Relações internacionais. 9. Determinação do posicionamento remuneratório: O posicionamento remuneratório é determinado nos termos do disposto na alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, sendo atribuída a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de Técnico/a Superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única que corresponde ao montante pecuniário de 1.201,48€ (mil duzentos e um euro e quarenta e oito centimos). 10. Requisitos de admissão: São requisitos cumulativos de admissão, que se devem verificar até ao último dia do prazo de candidatura: 10.1 Requisitos gerais: a) Possuir os requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP, conforme disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro: a. Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por Convenção Internacional ou por lei especial; b. 18 anos de idade completos; c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. b) Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10.2 Requisitos específicos: Referências A e B: a) Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 8. do presente aviso. b) Conhecimentos e experiência em áreas específicas da igualdade de género; c) Experiência em gestão de projetos e nos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGRANTS), nomeadamente no Programa PT07- Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada (EEAGRANTS 2009-2014) e no Programa Work-life Balance and Gender Equality (EEAGRANTS 2014-2021); d) Sólidos conhecimentos de informática na ótica do utilizador, designadamente na plataforma de informação que serve de base à gestão do Programa.; e) Bons conhecimentos de inglês falado e escrito; f) Disponibilidade para deslocações no território nacional e ao/no estrangeiro. 10.3. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11. Formalização das candidaturas 11.1. Prazo: 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página electrónica da CIG, em [www.cig.gov.pt/a-cig/instrumentos-de-gestao/recursos-humanos](http://www.cig.gov.pt/a-cig/instrumentos-de-gestao/recursos-humanos). 11.2. Forma: As candidaturas devem ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório do formulário tipo de candidatura, que se encontra disponível na área de recursos humanos do sítio institucional da CIG em [www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt), devendo ser identificado inequivocamente, no formulário, do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do/a candidato/a (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e

endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 11.3. As candidaturas podem ser apresentadas pelos seguintes meios: a) Por via eletrónica para o endereço de email: [cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt), até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas. b) Por correio, sob registo e com aviso de receção, para o endereço da CIG, na Avenida da República, n.º 32 - 1.º, 1050-193 LISBOA, até ao termo do prazo fixado. c) Pessoalmente, nas instalações da CIG sitas na Avenida da República, n.º 32 - 1.º, 1050-193 LISBOA, todos os dias úteis, entre as 10:00H e as 12:30H e as 14:30H e as 16:30H, até ao termo do prazo fixado. 12. Documentos a apresentar: Para as referências A e B, deverão ser anexos ao formulário de candidatura os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 13. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atualizada, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão do procedimento se a falta dos mesmos impossibilitar a avaliação. 14. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos/as candidatos/as, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 15. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular, caso haja mais do que um/a candidato/a ao mesmo posto de trabalho, os métodos de seleção serão a avaliação curricular e entrevista profissional de seleção. 15.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos/as candidatos/as, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 15.2. Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador/a e o entrevistado/a, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 15.3. São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 15.4 do presente aviso. 15.4. Classificação Final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:  $CF = (70\%) AC + (30\%) EPS$  CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular (ver artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação) EPS = Entrevista Profissional de Seleção (ver artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação). 15.5. No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os/as candidatos/as são convocados/as nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 15.6. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da CIG e na sua página eletrónica. 15.7. Haverá lugar à audiência de interessados/as, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os/as candidatos/as excluídos/as serão notificados/as por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 15.8. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são

facultadas aos/às candidatos/as, sempre que solicitadas. 15.9. A lista de classificação final dos/as candidatos/as é publicada na página eletrónica da CIG, após aplicação dos métodos de seleção. 15.10. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 16. Composição e identificação do júri: Presidente – Sérgio Pipa, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira da CIG; Vogais Efetivos: 1.<sup>a</sup> Vogal efetiva – Andreia Lourenço Marques, Técnica Superior da CIG, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos; 2.<sup>a</sup> Vogal efetiva – Margarida Frazão, Chefe de Divisão da Divisão de Assuntos Jurídicos da CIG. Vogais Suplentes: 1.<sup>a</sup> Vogal suplente – Marta Silva, Chefe de Equipa do Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género da CIG; 2.<sup>a</sup> Vogal suplente – Alexandra Moreira Andrade, Técnica Superior da Divisão de Assuntos Jurídicos da CIG. 17. A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da CIG; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.<sup>a</sup> série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 18. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica da CIG. 4 de maio de 2018. – O Vice-Presidente da CIG, Carlos Duarte.

#### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Alteração de Júri

#### Resultados

#### Questionário de Terminó da Oferta

##### Admitidos

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		

##### Recrutados

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total Portadores Deficiência:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		